

Igreja, Relações de Poder e Conflito no Território do Sisal.

CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA¹

Conceição do Coité é uma cidade que cresce com o dinamismo e o labor de sua gente. [...] Possuindo o sisal [sic] como produto básico... Sua hospitaleira população dia a dia, com mais entusiasmo vai aderindo ao cultivo do agave, planta que a natureza criou para sanar os sofrimentos dos bondosos lavradores, surgindo qual alviçareira aurora para a concretização de um ideal de progresso e desenvolvimento.

Jornal A Tarde 27 de setembro de 1962.

Em torno do cultivo do sisal ou agave sisalana, uma planta quase que predestinada a sanar os sofrimentos de inúmeros sujeitos presentes na região semiárida baiana, que a cidade de Conceição do Coité tem seu desenvolvimento econômico, político e social desenhado, durante a metade do século XX. Através de discursos que legitimaram a presença dessa fibra como a principal responsável pelo progresso e riqueza desse município. O *ouro verde* ou *ouro branco*², denominações populares do sisal³ nessa região sisaleira, representa a principal base econômica de Conceição do Coité situada a 235 km da capital baiana. Sua porção territorial possui uma área de 1.015,98 km², com uma população de 62.042 habitantes, sendo que 58,47% vivem na zona urbana e 41, 53% na rural⁴. Atualmente, compõe o chamado Território de Identidade do Sisal⁵, e limita-se com os municípios de Serrinha (ao sul), Retirolândia

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia

² Devido à grande concentração de riqueza que o sisal gerou para os grandes produtores e exportadores dessa fibra, além da grande massa de trabalhadores que sobreviviam dessa fibra, o sisal passou a ser popularmente chamado por essa região como o ouro verde ou o ouro branco do sertão.

³ O Sisal também é conhecido como Agave, planta rústica originária do México, que se desenvolve em regiões semi-áridas. O Brasil é o maior produtor de sisal do mundo, cuja receita proveniente da exportação de fibras já foi superior a US\$ 100 milhões. Sua fibra tem vasta utilização no mercado internacional, sendo empregada nas indústrias de cordas, papel, confecção, indústria automobilística, entre outras. (Fonte: Instituto do Desenvolvimento da Região do Sisal)

⁴ Resultado populacional do CENSO 2010. <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

⁵ O Território da Cidadania do Sisal (BA), com 21.256,50 quilômetros quadrados, é formado pelos municípios Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, Serrinha, São Domingos, Teofilândia, Tucano e Valente. Com 552.713 habitantes, dos quais 348.222 (63%) vivem

(ao norte), Araci (ao leste), Riachão do Jacuípe (ao oeste), Ichú (ao sudeste), e Santa Luz (a noroeste).

Essa nova forma de regionalização baseada nos Territórios de Identidade começou a ser gerida em 2003 pelo Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Essa proposta segue uma lógica de identidade através das peculiaridades locais, sendo traçada por uma metodologia com base no sentimento de pertencimento, no qual as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar e participar desse processo. Sendo uma política nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável dos Estados brasileiros, o Governo da Bahia, juntamente com os gestores municipais, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada promoveu em seu Planejamento Territorial a divisão do espaço baiano em Territórios de Identidade no intuito de impulsionar e implementar políticas públicas que auxiliem na concretização de uma realidade menos desigual no território baiano⁶.

Vale ressaltar, que as discussões sobre a implementação dos Territórios de Identidade ainda está em andamento e que essa “nova” divisão territorial envolveu e continua envolvendo várias esferas públicas, contudo, a sociedade civil (a maior interessada) tem uma participação muito incipiente. (DI LAURO; EVANGELISTA; LAGES; PASSOS; SCHEER, 2009, p. 8).

As cidades que compõem o Território do Sisal possuem como principal atividade econômica o cultivo do sisal, o que as unem numa identidade em comum. Entretanto compartilham de outras cadeias produtivas, base de sustentação econômica dessa Região do Sisal da Bahia, que são as seguintes: Caprinovinocultura, Bovinocultura, Mandioca, Umbu, Palma, Mandacaru, Ouricuri. Destaca-se dentro desse cenário sisaleiro o município de Conceição do Coité, que ao longo dos anos tornou-se o principal pólo agregador de comércio, indústria, atendimento de saúde, e à existência de várias instituições financeiras e governamentais (SILVA, 2008, p.21); e entreposto de

na área rural, o IDH médio do território é 0,60. O Sisal tem 64.350 agricultores familiares, 2.344 famílias assentadas, 413 famílias de pescadores, uma comunidade quilombola e uma terra indígena.

⁶ Atualmente, a Bahia, possui segundo a divisão feita pelo SEI – (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) e INCRA – (Instituto Nacional de Colonização Rural e Reforma Agrária), vinte e seis territórios de Identidade: Portal do Sertão, Sisal, Extremo Sul, Litoral Sul, Itapetinga, Baixo Sul, Oeste Baiano, Bacia Rio Corrente, Velho Chico, Bacia do Paramirim, Irecê, Chapada Diamantina, Sertão São Francisco, Itaparica (BA/PE), Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Sertão Produtivo, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas, Vale do Jiquiriça, Recôncavo, Semi-Árido Nordeste I, Região Metropolitana de Salvador e Agreste Alagoinhas/ Litoral Norte

comercialização do sisal para outras regiões, como também, de exportação de derivados desse produto para outros países.

Conhecida como a “Rainha do Sisal”, o município de Conceição do Coité ostentou o apogeu da cultura sisaleira por várias décadas do século XX, galgando assim, uma posição de liderança dessa economia nesse espaço. Através dessa atividade “essa parte da Bahia degustou um desenvolvimento sem comparativos, com milhares de famílias sobrevivendo às custas do ouro verde”(Jornal Coiteense nº 30, 07 de março de 1998, p. 02). Nas décadas de 1970 e 1980 períodos de maior vigor econômico, Conceição do Coité tornou-se a maior produtora e exportadora do sisal do país, “cuja fibra é uma das melhores do mundo devido às condições de solo e clima encontrados na região” (SILVA, 2008, p. 18). Juntamente com 14 cidades da Região Nordeste da Bahia⁷ que abrigam uma população de 510.807 habitantes, Conceição do Coité, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), se insere como uma das principais cidades em termo de produção do agave e em todo o Estado da Bahia sendo responsável por 64, % da área total plantada juntamente com os municípios de Campo Formoso e Santa Luz, produziram uma quantidade de 113.355 toneladas.

Atualmente há apenas duas grandes indústrias de beneficiamento e exportação de sisal na cidade [Conceição do Coité] com uma média de vinte e cinco mil toneladas por ano de fibra exportada. Vale ressaltar que em tempos áureos, a média de exportação já chegou a trinta e oito mil toneladas. (SILVA, 2008, p. 18).

Apesar da cultura do sisal ter reunido maiores condições de produção nessa Região Nordeste da Bahia, a ponto de se tornar a principal base econômica desses municípios, esse território historicamente foi marcado como tendo um dos piores índices de desenvolvimento social e econômico. Acentuando, assim, os problemas sociais em que os serviços básicos como saúde e educação eram oferecidos precariamente numa região em que a inexistência de políticas públicas adequadas propiciava que a sua população ficasse a mercê de grupos políticos dominantes, como apresentou Santos (2009) em seu estudo sobre “*A construção de uma comunidade imaginada do sisal*”.

⁷ Araci, Cansanção, Euclides da Cunha, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Principal responsável pelo sustento de 150 mil trabalhadores, o sisal, gerou riquezas apenas para uma pequena parcela de indivíduos, grandes latifundiários, os quais iniciaram o processo de comercialização e industrialização do ouro verde do sertão. Estes que concentram os lucros desse processo através da exploração da mão-de-obra de inúmeros lavradores que extraem a fibra vegetal do sisal em péssimas condições de trabalho e com baixa remuneração.

Nessa estrutura fundiária no Nordeste da Bahia, excessivamente concentrada e transformada em instrumento fundamental de poder das oligarquias, os proprietários tinham a região como palco de suas disputas internas e referência para ocupação de cargos públicos (PARCERO, 2007, p.18).

Além de conviverem com o clima árido do sertão, os trabalhadores do sisal são marcados pela violência do principal instrumento de trabalho, o motor de sisal, conhecido popularmente de *paraibano*, disponível para o desfibramento do sisal. Este equipamento foi e ainda continua sendo o grande responsável pela mutilação de membros superiores de vários lavradores trazendo um alto custo social para essa região. Mesmo enfrentado esses desafios na cadeia produtiva do sisal, o discurso governamental, por muito tempo, legitimou o desenvolvimento e progresso dessa região a partir do cultivo do sisal, “este destacado como sendo a grande “solução” para os problemas regionais” (RICCI, 2007, p.10). Dessa maneira, mitificando a idéia de que os problemas sociais presentes nessa região são gerados por uma ordem divina, uma fatalidade, responsável pelas desigualdades e exclusão social de muitos miseráveis que travam diariamente uma luta para sobreviverem e encontram nessa fibra “*que a natureza criou*” um meio de “*sanar os sofrimentos*” adversos.

Os empresários do ouro verde despontaram na esfera política e econômica na “década de ouro do sisal” nos anos de 1970. Com o poder econômico adquirido, conquistaram importantes lugares na política partidária chegando a galgarem prestígio social e um forte poder político nessa comunidade. O contexto socioeconômico que propiciou a alavancada desses pequenos produtores para o alcance de grandes exportadores do agave sisalana ocorreu durante o início da década de 1970, visto que, a produção do sisal já alcançava nessa época uma grande expansão por todo o município, levando muitos produtores a transformarem algumas regiões em áreas especificamente voltadas para a monocultura dessa fibra vegetal.

Essa fase áurea do sisal foi marcada pela elevação dos preços da fibra no mercado externo “devido à crise do petróleo que elevou os preços das fibras sintéticas, fazendo a demanda das fibras naturais aumentarem” (RICCI, 2007 p. 59). Como também, possivelmente pelos incentivos do “milagre econômico brasileiro” que permitiu a ampliação do crédito ao setor agrário, “fazendo o uso de amplo leque de isenções fiscais para reduzir seus custos”. (DELORME; EARP, 2009, p. 225).

Isso ocasionou uma ampliação de terras produtivas e a criação de inúmeras indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região, sendo que as principais situam no Município de Conceição do Coité que se destacam no comércio interno e externo da fibra e empregam muitos funcionários. Essas empresas foram criadas no contexto da década de 70, como dito anteriormente, e atualmente são responsáveis por grande parte da exportação de fibras e produtos derivados do agave no país. As que se destacam atualmente nesse comércio pertencem ao grupo Hamilton Rios Indústria Comércio e Exportação Ltda. cujo proprietário é um grande líder político do município, o Hamilton Rios de Araújo, conhecido popularmente como Mitinho.

È nesse período que desponta na realidade política dessa sociedade dois ilustres empresários do sisal, Hamilton Rios e Misael Ferreira, que “colhendo os louros” da década de 70 investem nas suas carreiras políticas. Ambos se notabilizaram pela prática do clientelismo e iniciaram suas carreiras políticas pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), criado em 1966, partido dos militares governistas da ditadura implementada pelo Golpe de 1964, e estavam ligados aos interesses do grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães, líder do “carlismo”. Dessa forma, a política coiteense estava dividida entre dois grupos rivais da mesma base governista: ARENA 1 e ARENA 2. Com o processo de redemocratização essa ordem não se alterou, tais grupos se organizaram em legendas pró-governo, a ARENA 1 migrou para o Partido Liberal (PL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a ARENA 2 para o Partido de Frente Liberal (PFL) e o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Este último que se mantém no poder há mais de 36 anos sendo liderado por Hamilton Rios de Araújo (Mitinho).

Hamilton Rios de Araujo (Mitinho) se destaca nesse cenário, visto que, sem nenhuma experiência eleitoral se candidatou em 1970, derrotando o importante grupo político, liderado pelo coronel Wercelêncio Calixto da Mota, que governou a cidade durante 44 anos. Iniciando, dessa forma, uma nova etapa da história política do

município com o grupo político chamado popularmente de *Os Vermelhos*, conseguiu sua hegemonia no poder utilizando de relações baseadas na troca de benefícios mútuos e pessoais, na perseguição de seus adversários e usando os órgãos públicos como cabides de emprego.

Ao analisar os documentos do Livro de Tombo pertencente à paróquia, precisamente nos relatos da década de 70, percebe-se que existiam inúmeras relações entre os administradores municipais com a instituição religiosa. Relações estas que se manifestavam desde as missas em ação de graças à posse dos prefeitos e outras autoridades políticas do município, como também do treinamento dos professores municipais realizados pela paróquia. Além disso, apresentam vários relatos a respeito de visitas do governador do Estado da Bahia e de sua comitiva à cidade, que era acolhida pelo prefeito e geralmente almoçavam com representantes religiosos que estavam presentes na casa do chefe do executivo.

Essas práticas parecem insignificantes dentro desse contexto, mas perante a população elas adquirem significados importantes no imaginário da mesma que percebe que padres e políticos partilhavam dos mesmos interesses na teia política dessa comunidade. Assim, a Igreja local muitas vezes, acentuava essa condição dos dominados, na medida em que a mesma se relacionava nesse círculo de clientela com esses poderes políticos, e quando recebia donativos sejam financeiros ou materiais dos mesmos, o que a colocava numa posição de subserviência, com isso, a mesma reproduzia e ampliava tais práticas.

Durante as procissões da Padroeira do Município, Nossa Senhora da Conceição do Coité, o padre solicitava que o prefeito, junto com seus aliados, estivesse perto do andor da Imaculada e pedia que a população saudasse a presença desse ilustre político em meio a esse evento religioso. Nesse sentido afirma Nilson Carneiro “o prefeito na época quando chegava pra participar, ele [o padre] parava o evento e mandava o povo ter a atenção parabenizando a chegada do tal prefeito que tava chegando.” (Entrevista concedida por Nilson Carneiro, 60 anos no dia 18 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité). É possível que tais atitudes do padre José Reis fossem realizadas sem nenhuma consciência (ou não), mas através desses gestos, ele contribuía para representar e reforçar a autoridade que o prefeito Hamilton Rios possuía perante a sociedade coiteense. Descortinando, assim, algumas negociações envolvendo a

instituição religiosa e o poder local do município, muito além da fé que essas autoridades possuíam na padroeira, tais atitudes faziam com que as posições que assumiam nessa sociedade fossem reforçadas e elevadas. Ainda mais, uma forma de conseguirem prestígio junto à instituição religiosa que contribuía para que seus privilégios políticos fossem mantidos perante a população. “Nessa dinâmica simbólica, rica em gestos, que os mecanismos de poder e exploração geravam mais suavemente.” (THOMPSON, 2002, p.49).

Diante desse cenário, a devoção à Imaculada Conceição reunia em seus festejos grandes empresários do sisal - muitos desses que assumiam cargos políticos na cidade - comerciantes, homens e mulheres pobres, analfabetos e trabalhadores do campo, principalmente ligados a indústria do sisal, e os igualava em uma mesma crença ocasionava uma sensação de tranquilidade nesse município, que a cada dia crescia aparentemente livre de conflitos sociais e contradições político-sociais entre sua população. Dessa maneira, também, que o prestígio político do prefeito Hamilton Rios, como de alguns que passaram pela máquina pública municipal, foi alcançada a partir de sua prática assistencialista na década de 1970. No final da referida década, aconteceu uma grande seca na região. O prefeito então montou um carro pipa e, interessado em votos, saiu distribuindo água nas roças e povoados, pregando que os candidatos da oposição, juntamente com seus aliados, não davam assistência ao povo. E que durante dois anos doou inúmeros benefícios para a população carente para conseguir seus objetivos políticos “a ponto das pessoas denominá-lo de pai dos pobres.” (OLIVEIRA, 2002, p. 76).

A relação que essas classes dominantes estabelecem com as camadas subordinadas se manifestou dentro dessa política local sob a visão de clientela. As classes subalternas não se viram “representadas sob o arcabouço institucional político e normativo plural da sociedade ampla, mas foram reunidas retoricamente na base da manipulação” (DREIFUSS, 1989, p.15) que indica uma relação que envolve consentimento de benefícios públicos e sociais, como empregos e favores políticos, especialmente o voto.

Essas trocas de favores acabavam incutindo nessa sociedade que os problemas sociais que permeavam a vida cotidiana de seus moradores, principalmente com aqueles que situavam nas zonas rurais do município - muitos desses funcionários da indústria do

sisal, que na cadeia produtiva, eram (são) o elo inicial, recebiam (recebem) as menores remunerações de um negócio que trazia inúmeros lucros, no qual se destacava no consumo interno e externo - eram frutos de uma fatalidade, de uma ordem divina que era responsável pelas desigualdades e exclusão social. Esse pensamento servia de instrumento para que Hamilton Rios reforçasse seu arcabouço político que se desenvolvia nas relações clientelas e mantivesse assegurados seus interesses e privilégios através do eleitorado. Assim, a relação assentada na benevolência do mesmo e na consequente lealdade do eleitor, fazia com que o voto representasse uma retribuição a tais “favores” prestados e a não lealdade do eleitor era vista como uma traição e uma ingratidão.

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (CARVALHO, 1997, p. 4-5)

Essa ação do principal líder político coiteense se enquadra perfeitamente na análise de José Murilo de Carvalho, em *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*, na qual o poder caberia ao chefe local que, por meio de estruturas oligárquicas e do controle de recursos e estratégias, abriria espaço para sua influência e domínio. Sendo que na medida em que a cidadania fosse plenamente exercida esse mandonismo seria combatido.

Um frequente costume dessa sociedade era a prática de políticos ajudarem financeiramente as demandas da instituição religiosa, visto que, por muito tempo a comunidade católica coiteense não contribuía regularmente com as necessidades do templo e dos padres. Dentro desse cenário, a Paróquia de Conceição do Coité estava atrelada financeiramente ao poder desses chefes políticos que usavam a máquina pública para atender as demandas da instituição seja oferecendo servidores para trabalharem na secretaria e casa paroquial, seja pra financiar construções e reformas que a mesma necessitasse. Assim, o bom relacionamento entre padres e políticos geralmente mantinham estreitas relações de interesse na política em que ambos partilhavam um

universo dominante nos campos político e mental na pacata cidade. (SILVA, 2005, p.44).

Padre Luiz Rodrigues Oliveira, chegou a Conceição do Coité no período do governo de Ewerton Rios de Araújo Filho (Vertinho) pertencente ao grupo político dominante ligado a Hamilton Rios (Mitinho), o qual lançou seu sobrinho Vertinho para pleitear as eleições de 1988. Vertinho assume a cadeira do executivo no período em que o Brasil vivenciava a retomada do regime democrático, tendo como expressão desse novo processo, a elaboração de uma nova Constituição promulgada em 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, que abriu novas possibilidades para o exercício mais efetivo de uma cidadania ativa e emancipada. Proporcionou que a sociedade civil pudesse participar das discussões e decisões políticas, sociais e econômicas do Estado, um processo dialético de construção democrática ampliando dessa forma, o exercício da cidadania.

Desse modo, ao perceber que a população coiteense ainda convivia com marcas do clientelismo e mandonismo, num tempo em que os direitos políticos já estavam garantidos, o padre Luiz Rodrigues decidiu ter como uma das dimensões da sua ação evangelizadora incutir dentro dessa sociedade verdadeiros valores éticos e cidadãos. No intuito de contribuir para que os coiteenses não fossem simples coadjuvantes do processo político, mas sim ativos e sujeitos dessa construção cidadã. O itinerário da ação evangelizadora do novo pároco desse período perpassou por caminhos diferenciados dos seus antecessores, Padre Luiz tornou-se peça central para a alteração nas relações políticas, proporcionando transformações a nível político e social. O então pároco realizou dentro da instituição um processo de profundas mudanças em sua estrutura afirmando que suas ações estavam legitimadas nas concepções do Concílio Vaticano II⁸ e nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja⁹ que foram marcantes no seu processo formativo e nas suas experiências pastorais.

⁸ O Vaticano II foi um Concílio realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965 em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XXIII e encerrado pelo papa Paulo VI. A Igreja Católica vivenciou um novo paradigma sob influência do Concílio Vaticano II que provocou grandes transformações no seio da Igreja, tanto no campo conceitual e teológico, mas acima de tudo, na maneira de evangelizar, introduziu dentro do seio da instituição uma abertura para as questões sociais vigentes na sociedade que ela está inserida.

⁹ A Doutrina Social da Igreja se desenvolveu no século XIX, por ocasião do encontro do Evangelho com a sociedade industrial moderna. Propõe princípios de reflexão, apresenta critérios de juízo, orienta

Os documentos elaborados durante o Concílio Ecumênico Vaticano II analisam as profundas transformações ocorridas durante as décadas 1960 e 1970, as quais revelam que há um aumento na consciência em favor das minorias, como também, condenam os regimes governamentais que utilizam do exercício da autoridade em benefício de seus próprios interesses, ameaçando assim o bem comum.

Essa nova dinâmica vivenciada pela Igreja Católica influenciou as atividades pastorais do padre Luiz que foram perceptíveis em sua liturgia e no entrosamento dos leigos na vida paroquial dessa comunidade eclesial. Essa nova vivência foi refletida nos tradicionais festejos a padroeira Nossa Senhora da Conceição. A festa teve como tema central “*A dimensão política do canto de Maria, O Magnífict*”¹⁰ expressando assim o envolvimento de seus fiéis na vida sócio-política do município, que nos versos desse canto bíblico ansiavam por uma sociedade justa e igualitária em que os poderosos seriam derrubados dos seus tronos e os humildes exaltados¹¹. Essa mudança ocorrida na festa provocou grande estranheza em alguns fiéis, principalmente por parte daqueles que representavam o poder político local, que através dos eventos religiosos conseguiam prestígio perante a população e afirmação de suas posições assumidas na sociedade coiteense.

Além dessas mudanças dentro da instituição religiosa de conscientização dos leigos na importância dos mesmos serem sujeitos ativos nos movimentos da instituição, padre Luiz Rodrigues, também propôs que os mesmos estivessem engajados nas discussões sócio-políticas do seu município. Ele utilizou de diversos caminhos para essas discussões sobre o exercício da cidadania com seus leigos. Além do espaço conquistado nas festas da padroeira o então pároco foi mais além, utilizou da imprensa local para o processo de conscientização cidadã, através dos seus artigos de cunho religioso e sócio-político presentes no jornal *Tribuna Coiteense* e do jornal paroquial *O Mensageiro*. Por meio desses jornais, o padre Luiz discutia a importância do voto e de fiscalizar as ações dos políticos eleitos, como também, despertava a juventude e os trabalhadores estarem engajados em movimentos populares para assim lutarem e

para ação contrárias a lógica do mercado na regulamentação dos vínculos sociais que estão contra a justiça e o bem comum.

¹⁰ Canto bíblico entoado por Maria, mão de Jesus. Ver Evangelho de Lucas, 1, 46-56.

¹¹ Ver Evangelho de Lucas, 1, 46-56

conquistarem os seus direitos tendo consciência crítica diante das inúmeras manipulações que “*Os Vermelhos*” utilizavam para manter o seu poder.

Por que um boletim paroquial? Eis a pergunta que certamente aflorará dos lábios de alguns. Porque há quase trinta anos o concílio Vaticano II (1963) ao promulgar o decreto *Inter Mirifica*, dizia que ‘a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão são instrumentos que retamente empregados, representam subsídios valiosos ao gênero humano’ (...). Neste primeiro de maio, dia do trabalhador, homenageamos os operários de nossa terra, oferecendo-lhes um instrumento de informação de suas atividades e de formação da consciência crítica de todos, sobretudo dos jovens. (O Mensageiro, ano I, nº I, 01 de setembro de 1991, p.1)

Além de utilizar de veículos de comunicação de massa para o despertar dessa consciência cidadã, padre Luiz inúmeras vezes esteve presente nas sessões da Câmara de Vereadores e mobilizando a população para que a mesma participasse dos interesses políticos e sociais do município. Utilizou da tribuna da Câmara para reivindicar melhores salários e formação acadêmica para os professores públicos, visto que recebiam baixos salários e muitos exerciam a docência sem serem licenciados dentro de um contexto de altos índices de analfabetismo e pobreza. Compondo o quadro de docentes do Colégio Polivalente do município, padre Luiz prestou assistência educacional no distrito de Salgadália sem cobrar nada, foi um dos fundadores do curso de magistério do Colégio José Ferreira desse distrito, voltando muitas vezes a pé com outros professores. “Senti num atraso e num desleixo. O caminho era esse primeiro na área pedagógica, depois o Evangelho, que deveria ser traduzido num renascimento cultural para essa cidade.” (Entrevista concedida por Padre Luiz Rodrigues de Oliveira, 61 anos, no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité). Percebendo seu itinerário na educação, padre Luiz Rodrigues criou a Associação Comunitária de Apoio à Educação e Cultura (ACAEC), mantedora do Educandário Divino Mestre¹², juntamente com alguns leigos ligados à educação do município, reconhecido pelo CEE, sendo dirigido pelo mesmo por três anos consecutivos.

Além de suas inúmeras atividades como pároco, participa da vida pública do município, sendo um dos responsáveis pela elaboração da Lei Orgânica do município e outras atividades educativas e culturais. O seu envolvimento no crescimento dos valores éticos e religiosos rendeu-lhe o título de cidadão

¹² Instituição Educacional fundada por Pe. Luiz Rodrigues Oliveira e alguns leigos em 26 de dezembro de 1992.

coiteense, em reconhecimento da sua integridade moral perante toda a comunidade. (Carta do Conselho Paroquial em 01 de setembro de 1997).

Esse título de cidadão coiteense foi lhe concedido em 02 de julho de 1994 pela então vereadora Élia Cirino devido o fato da mesma ter se admirado com as ações do padre que extrapolavam as paredes do templo, participando da vida política e social do município. Sua atuação na educação, como também, na criação da Lei Orgânica, contando com o voto unânime da Câmara Municipal de Vereadores. Devido ao reconhecimento do padre Luiz na sociedade coiteense e de sua experiência profissional na educação, na qual, sempre demonstrou preocupação, foi convidado por alguns vereadores para participar da comissão suprapartidária que lutaria em busca de uma instituição de nível superior para o município durante a década de 90.

Dentro dessa realidade, o padre Luiz teve papel relevante para a criação desse centro superior, pois o mesmo motivou toda a sociedade e esteve junto nesse processo incentivando os seus paroquianos a participarem e exigirem a implementação do Centro de Ensino Superior de Conceição do Coité (CESCON). Foi nomeado pelo magnífico reitor da Universidade do Estado da Bahia para assumir a direção da unidade, estando à frente mais de dois anos. Todavia essa sua postura lhe custou alguns desentendimentos políticos, surgindo boatos, que como afirma o mesmo, “tomou um rumo de partidarismo e uma interpretação equivocada dos donos do poder, por achar que eu estaria disputando cargo político, querendo ser prefeito.” (Entrevista concedida por Padre Luiz Rodrigues de Oliveira, 61 anos, no dia 19 de setembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité).

Segundo o depoente o Sr. Francisco de Assis - militante do Partido dos Trabalhadores de Coité, o qual chegou à mesma época que padre Luiz ao município, para trabalhar na Caixa Econômica Federal - o padre Luiz Rodrigues ao realizar sua ação pastoral percorrendo por todo o município, visitando as comunidades rurais viu a situação de miséria e abandono da população e começou a indagar sob quais bases a liderança do grupo político de Hamilton Rios foi constituída e por que ele era um líder incontestado. Uma vez que na prática, em termos de obras de assistência social, de prestação de serviços e de desenvolvimento o município estava aquém do desejável. Pe.Luiz iniciou assim uma posição de embate frente a essa liderança que estava construída em bases sociais frágeis e por isso, foi alvo de perseguição por contestar a hegemonia desse líder político no município.

Na eleição de 92, fruto disso, ele certamente encorajou as lideranças da oposição que se articulou em torno de um dissidente de Hamilton Rios, no caso Diovando Carneiro, e o padre Luiz se não apoiou formalmente, se não o levou ao palanque o Diovando Carneiro, mas de tanto falar e de tanto criticar Hamilton Rios acabou beneficiando, e muito, a candidatura de Diovando Carneiro que veio a derrotar pra surpresa de muitos Hamilton Rios nas urnas em 92. Enfim, sem padre Luiz eu acredito que seria muito difícil ou talvez impossível que Diovando teria vencido aquelas eleições. Padre Luiz era a pessoa que unia as oposições em torno da campanha anti-Hamilton Rios, o próprio Hamilton Rios e o grupo dele não esperava que alguém pudesse reagir a ele ao mando e desmando dele no município e quando padre Luis teve essa coragem. É bom a gente lembrar que padre Luiz era um sujeito muito popular primeiro porque era um intelectual, segundo porque tem um discurso muito bom, terceiro porque ele se embrenhou na sociedade coiteense. (...) Ele se envolvia nos problemas da comunidade, nos problemas do município, nos problemas sociais diversos, fazia passeatas contra a violência no município era uma liderança incontestada, e a sua liderança ainda não tinha sido combatida, o padre Luiz não tinha sofrido ainda uma campanha de difamação forte pelo grupo chamado vermelhos, cujo líder principal é o Hamilton Rios, ao perder as eleições em 92 eles despertaram pro tamanho do padre Luiz e o desgaste que ele houvera provocado no grupo foi aí que fizeram uma campanha difamatória contra o padre na tentativa de desmoralizado de persegui-lo. (Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos no dia 19 de dezembro de 2009 na cidade de Conceição do Coité).

Pela descrição do depoente, padre Luiz teve um importante papel para a mobilização e conscientização política contra o modo de administração dos *Vermelhos*, e por ter essa postura política sofreu perseguições por contestar o poder hegemônico desse grupo no município. Sem falar que suas ações serviram de base para encorajar as oposições políticas a se articularem e enfrentarem o poder político de Mitinho a ponto de obterem vitória nas eleições de 1992. Devido a essa posição contrária ao grupo de Hamilton Rios padre Luiz sofreu inúmeras hostilidades. Durante o período eleitoral de 1992, precisamente no dia 25 de setembro de 1992 foram pronunciadas afirmações difamatórias sobre a postura do então pároco num programa da Rádio Sisal pelo motivo do seu envolvimento com a política coiteense.

Eu acho que lugar de padre não é aí. O lugar de padre é na igreja. É chamando os fiéis para se aproximarem de Deus e não ficar se envolvendo em política (...). A igreja é lugar de trazer o povo para perto de Deus e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região e não fazer daí um antro de comunistas aí dentro desta igreja. Porque era um padre que honrava a batina que vestia. Este não está honrando. Este veio pra qui fazer política. (Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité).

No trecho acima, fica claro a postura que o grupo dominante esperava de um padre, no qual tinha como obrigação se preocupar apenas com questões religiosas, ligadas a fé, exclusivamente se dedicar na condução dos fiéis para Deus e não para questionarem os problemas sociais da comunidade, não deveria fazer política. Fica evidente também a concepção que esse grupo possuía a respeito da política, em que os debates e problemas políticos interessavam apenas para aqueles que representavam politicamente a sociedade coiteense, somente esses tinham legitimidade para criticar e discutir problemas sociais dessa comunidade.

Nos relatos dos depoentes Francisco de Assis, Nilson Oliveira e Ivonete Baldoíno fica evidente ainda, que a contestação mencionada por padre Luiz Rodrigues sobre as irregularidades da administração municipal em seus sermões durante as celebrações na igreja, possibilitou que grupos políticos e movimentos sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que também não concordavam com o modo de fazer política do grupo de Hamilton Rios, se juntassem a essa mobilização empreendida pelo sacerdote na luta por melhores condições de vida. Ainda mais, pela conscientização política da comunidade coiteense frente à política clientelista cultivada pelo poder local.

Durante a campanha eleitoral do ano de 1996 aconteceu o primeiro Debate entre os candidatos a prefeitos de Conceição do Coité, organizado pelos dois importantes veículos de comunicação do município a TV Cultura do Sertão¹³ e a Rádio Sisal¹⁴. Contou com a participação dos dois candidatos que pleiteavam o cargo do executivo o ex-prefeito Ewerton Rios de Araújo Filho (Vertinho) PPB/PFL e o vice-prefeito da situação Misael Ferreira PL/PSDB. Tendo a participação do padre Luiz Rodrigues como um dos entrevistadores, o que representou para muitos um envolvimento profundo da instituição religiosa no município, pois foi um acontecimento até então inédito nas disputas eleitorais do cenário político coiteense e que teve uma grande repercussão em torno da população.

De acordo com os registros do Livro de Tombo da paróquia o “clima” na cidade durante essas eleições estava bastante tenso, ainda mais pelo posicionamento político da

¹³ Essa emissora local, repetidora da TVE Brasil, foi criada em 1992 pela Fundação Bailon Lopes Carneiro pertencente ao advogado e militante do PT, Márcio da Silva Carneiro.

¹⁴ Essa rádio é o principal veículo de comunicação de Conceição do Coité sendo propriedade de Hamilton Rios. Foi criada em 1986 quando ACM era Ministro das Comunicações do país.

Igreja de estar conscientizando a população local a respeito do voto e na participação nos debates políticos para a mudança sócio-política da comunidade. Para isso, ela utilizou de cartilhas editadas pela Diocese que orientavam os fiéis a como escolherem candidatos comprometidos com a luta do povo. A utilização dessas cartilhas pela paróquia além de contribuir para essa conscientização serviu de base legitimadora para as ações políticas do pároco e do novo vigário que chegou ao município, o padre Antonio Elias Souza Cedraz. Pois, os mesmos realizavam tal ação seguindo as orientações da Igreja a nível Regional e Diocesano. (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité. p. 90).

Os “*Vermelhos*” foram os grandes vencedores dessas eleições, conseguiram retomar o cargo do executivo e reafirmaram sua posição na Câmara Municipal.

A vitória retumbante em 1996 não foi bastante para o PPB-PFL coiteense. Seus líderes e aliados, em vez de se darem por satisfeitos e irem comemorar com seus eleitores, estranhamente, passaram a hostilizar e perseguir seus adversários. Nas ruas, faziam provocações e exibiam faixas ofensivas contra quem não votara neles; na imprensa, davam declarações arrogantes e insultantes. (SANTOS, 2000,p. 48)

Como evidenciado acima, quem foi o centro dessas hostilidades foi o padre Luiz devido o seu posicionamento político de oposição ao grupo de Hamilton Rios (Mitinho), e durante a semana das comemorações foi alvo constantemente de ameaças e xingamentos. No dia 04 de outubro de 1996, à noite, a casa paroquial foi depredada e tentaram invadi-la para “linchar” o padre. Em meio à tamanha confusão havia um grande boneco vestido de padre e um enorme estilingue proferindo palavras de baixo calão, desrespeitando a figura do pároco e fazendo ameaças ostensivas. No dia 06 de outubro do mesmo ano outros indivíduos tentaram tumultuar a celebração da missa e colocaram um cachorro vestido de padre na igreja matriz, no final da celebração a mesma foi invadida por cidadãos que até portando paus desejavam tirar satisfações com o padre.

Era o auge do fascismo extemporâneo, anacrônico e covarde. Era a dor da consciência dos que não sabendo rezar não entenderam a mensagem do amor que se faz viril; da verdade que se torna denúncia; da religião que é profecia. (Jornal O Mensageiro ano III nº 5 Julho de 1997, p.1)

Iniciava assim um período de extremo desgaste para o padre e seus seguidores. No ano de 1996 alguns vereadores apresentaram o Voto de Repúdio na Câmara Municipal para o padre Luiz Rodrigues devido a seus discursos pronunciados na igreja matriz e moveram uma queixa-crime no fórum local contra o padre Luiz porque os pronunciamentos haviam ofendido com difamação e injúria tais vereadores. Segundo os autores, o padre havia agredido moralmente todo o povo coiteense com os seguintes trechos citados no referido voto:

Talvez os vingateiros homicidas estejam dentro da própria Igreja. Existe um grupo organizado de assassinos em potencial, que se coligaram e se organizaram para nos destruir. Este grupo tem várias facetas, ele manifesta de várias maneiras e em várias ocasiões e eu sou o alvo principal. O pior é que a gente pode até dizer: as cachorras também. E são senhoras. Por trás dessa cachorrada tem senhoras. Tem senhores e senhoras ilustres que desceram ao nível de cachorros e cachorras. (Processo nº 068/96 no fórum Durval Pinto da comarca de Conceição do Coité / Ba.).

No ano de 1997, tais processos foram anulados por sentença da então Juíza de Direito, porém os mesmos vereadores entraram com nova queixa via Ministério Público no dia 20 de março/1997 cuja audiência seria no dia 17 de junho/1998, mas antes de sua realização os vereadores encaminharam uma petição ao Juiz de Direito da Comarca solicitando a extinção do feito. Padre Luiz Rodrigues Oliveira permaneceu na administração da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité até o ano de 2000, e mesmo vivenciando esses conflitos políticos no período dos processos que perduraram até finais do ano de 1998, não se intimidou em continuar tendo a mesma postura de envolvimento com a vida política do município desde a sua chegada, como foi analisado.

Penso que as ações do Padre Luis Rodrigues e outros agentes sociais que chegaram ao município no final da década de 1980 proporcionaram não apenas mudanças a nível político e social, mas contribuiu muito para a formação de uma nova concepção da política no meio da comunidade coiteense. Desmistificando uma cultura presente na mesma de que apenas os políticos que elegemos têm o direito de estarem discutindo e participando da vida política, até mesmo sendo um padre, devem estar presentes e promover discussões políticas para a melhoria de sua sociedade. Creio também, que os leigos da paróquia de Conceição do Coité tiveram papel preponderante diante desse processo de construção cidadã, pois eram os mesmos que mobilizavam as

manifestações de enfrentamento contra o poder político local e em muitos relatos defendiam que todas as injúrias sofridas pelo padre, eram também direcionadas a eles. É claro que sem a ação desse laicato, Pe. Luiz dificilmente conseguiria resistir aos conflitos, pois quem estava mais próximo da população conscientizando tais propostas de “uma política de libertação” eram os leigos e muitos eram ligados a movimentos sociais e partidos políticos, como por exemplo, do STR e o PT.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados – revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: ____ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. 2 ed. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 1989.

JOÃO XXIII. **Humane Salutis**, carta apostólica de convocação ao Concílio Ecumênico Vaticano II, 25 de dezembro/1961.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. ed.4. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira 1997.

OLIVEIRA, Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: Os sertões dos Tocós**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002.

PARCERO, Lucia M. de J. **Fazenda Maracujá: sua gente, sua língua, suas crenças**. Campinas SP. 2007. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em linguística. Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 2007.

RICCI, E. A. **Região Sisaleira da Bahia: A reorganização do espaço geográfico da sisalândia apartir da criação da APAEB. 2007**. 153f. Dissertação (Mestrado de Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP. Disponível www.teses.usp.br. Acesso em 10/03/2011.

SANTOS, Francisco de Assis Alves. **Na mira dos coronéis : cartas a um professor coiteense**. Dissertação de Pós-Graduação *Latu Sensu*, Especialização em Estudos Literários, UNEB – Campus XIV, Conceição do Coité, 2000.

SANTOS, Vilbégina Monteiro dos. **A construção de uma comunidade imaginada do sisal**. Artigo apresentado no V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br>. Acesso em 13/03/2011.

SILVA, Marinélia Souza. **Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuipé/BA nas últimas décadas do século XX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2005.

SILVA, Nilzete Cruz. **Vocabulário e realidade extralingüística das escrituras de compra e venda de escravos da região sisaleira baiana.** Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Salvador, 2008.

THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: _____ **Costumes em Comum.** São Paulo, Cia das Letras, 2002.

ZUGNO, Vanildo Luiz. **Igreja, política e ação evangelizadora.** CNBB- RS, 2007. Disponível em www.forumdaigrejacatolica.org.br. Acessado em 17/02/2011.